

As reminiscências da diáspora ucraniana na cidade de Papanduva (SC): um passado relembrado

Reminiscences of the Ukrainian diaspora in the city of Papanduva (SC)

Las reminiscencias de la diáspora Ucraniana en la ciudad de Papanduva (SC): el pasado recordado

Paulo Augusto Tamanini¹

Recebido em: 16/4/2015
Aceito para publicação em: 3/3/2016

Resumo: Com base nos pressupostos teóricos de Jacques Le Goff, que entende a memória como processo de lembranças e de arquivos orais que repercutem no presente, este artigo discorre sobre o uso das reminiscências na construção de

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-Capes).

narrativas acerca da imigração ucraniana na cidade do norte catarinense de Papanduva. Metodologicamente, faz uso de reminiscências com a finalidade de perceber como a memória esboça os registros de um passado que fala sobre as condições em que se deram os deslocamentos de um grupo étnico e, como consequência disso, a forma como compreendiam o processo migratório e como os descendentes atualmente lidam com as lembranças.

Palavras-chave: Le Goff; imigração ucraniana; reminiscência.

Abstract: Based on theoretical assumptions of Jacques Le Goff who understands memory as the process of memories and oral files that reverberate in the present, this article discusses the use of reminiscences in the construction of narratives about Ukrainian immigration in the northern city of Santa Catarina of Papanduva. Methodologically, it makes use of reminiscences in order to see how the memory outlines the records of a past that talks about the conditions that gave the movement of an ethnic group and as a result, how to understand the migration process and how to now deal with reminiscences.

Keywords: Le Goff; Ukrainian immigration; reminiscence.

Resumen: Con base en los presupuestos teóricos de Jacques Le Goff, que entiende la memoria como proceso de recuerdos y de archivos orales que repercuten en el presente, este artículo discurre sobre el uso de las reminiscencias en la construcción de narrativas acerca de la inmigración ucraniana en la ciudad del norte de catarinense de Papanduva. Metodológicamente, hace uso de reminiscencias con la finalidad de percibir cómo la memoria esboza los registros de una pasado que habla sobre las condiciones en las que se dieron los desplazamientos de un grupo étnico y, como consecuencia de eso, la forma cómo comprendían el proceso migratorio y cómo actualmente manejan los recuerdos.

Palabras clave: Le Goff; inmigración ucraniana; reminiscencia.

INTRODUÇÃO

A migração dos ucranianos para o Brasil é anterior às duas Grandes Guerras. Este artigo, contudo, privilegia o recorte temporal posterior ao período bélico, uma vez que os depoimentos obtidos são de testemunhas que experienciaram as tramas que envolveram os ucranianos em busca de acolhimento, em um recorte temporal posterior a 1945. Anterior ou posteriormente às guerras, em geral os deslocamentos, as migrações e as mobilidades de pessoas ou grupos não são motivados apenas por interesses subjetivos. Realizam-se, por vezes, resultantes de práticas sociais violentas, o que gera deslocamentos forçados ou compulsórios (VAINER, 1998).

Seguindo esses rastros, a historiadora Maria Luiza Andrezza, estudiosa do fluxo imigratório ucraniano no Paraná, entende que, se por um lado estão os fatores de expulsão, por outro os fatores de atração fomentam os deslocamentos, “pois ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, uma promessa de vida melhor” (ANDREAZZA, 1999, p. 76). Como a imigração não começa, como afirma Herbert Klein (1999, p. 13), até que pessoas descubram que elas não conseguirão sobreviver em sua comunidade de origem, torna-se objetivo deste artigo verificar o quanto as reminiscências dos deslocamentos de famílias ucranianas estabelecidas em Papanduva (SC) foram reatualizadas e reconstruídas em novos contextos sociais, em que práticas discursivas corroboravam o pressuposto de que a memória alimenta e induz o pertencimento étnico. Entendendo que os migrantes, quando se deslocam, além de cruzar fronteiras físicas ultrapassam também as simbólicas, elegi como método averiguar os relatos dos que vivenciaram as tramas pessoais e de seus antepassados, nesse conjunto de remoções forçadas.

Os deslocamentos são constitutivos da história das seis famílias ucranianas pesquisadas e estão presentes nas memórias (muitas vezes emprestadas de seus conterrâneos que fizeram o mesmo percurso, mas que são apropriadas e acreditadas como suas) que esboçam narrativas sobre as condições em que se deram os seus trajetos, sobre a forma como eles viveram e compreenderam o processo migratório e como lidaram com as dificuldades encontradas.

Suas falas fazem pensar que o estudo da itinerância de indivíduos ou de grupos proporciona refletir sobre a complexidade que envolve as ações nas escolhas (livre ou forçada) de trajetórias e como isso reflete na construção de identidades (THOMPSON, 2011). Assim, as narrativas que pontuaram momentos marcantes de homens e mulheres (em que dores, preocupações e constrangimentos tiveram de ser abafados pelas circunstâncias, em que saberes, por momentos, foram postos de lado, mas nunca esquecidos) têm lugar cativo na memória individual ou coletiva (HALBWACHS, 2006). Dessa forma, se os ucranianos ao migrar deixaram para trás muitas de suas peculiaridades e modos de sentir no mundo, outros permaneceram e emergem de maneira bastante espontânea, sem precisar muito insistir.

Os deslocamentos, para além de perceber motivos pelos quais muitas famílias ucranianas imigraram, informam como o momento da partida (em que é preciso deixar para trás os seus pertences: objetos, móveis, casa, pátio, plantações, estrebria, horta) não necessariamente os desvinculava de seu pertencimento e valores culturalmente construídos (IZQUIERDO, 2004).

A explanação dessa digressão pontuando violências, perturbações, conflitos com os ucranianos é importante para entender que a saída da Ucrânia naquelas condições ainda não é aceita por todos e revela o quanto o tempo e a imagem do lugar de egresso teimam em permanecer congelados, favorecendo a manutenção de uma memória sempre recapitulativa.

FORJANDO O EMBARQUE

Mesmo havendo histórico precedente, após a Segunda Guerra só poderiam migrar para o Brasil famílias constituídas por pais e filhos ou parentes desses que a eles viessem agregados. Woiski (1960, p. 39) sublinha:

Os ucranianos residentes no Brasil revelaram-se em geral ótimos trabalhadores, homens sinceros e honestos. Adaptam-se com relativa facilidade ao ambiente brasileiro, esforçando-se por falar a língua nacional e por familiarizar-se com os costumes da nova pátria.

Todos deveriam gozar de boa saúde, não ter deficiência física, e os mais velhos não poderiam ultrapassar 60 anos de idade (HANEIKO, 1985, p. 96). Nesse sentido, observa-se o depoimento de Valéria Tchaika, impregnado de nostalgia, de quem testemunhou o relato de dor e de medo de ter uma parente em vias de ser impedida pelo Serviço de Seleção de Migrações de embarcar para o Brasil, quando estava ainda na Alemanha:

Nós sabíamos que tínhamos que embarcar no navio que nos levasse ao Brasil. Era a única esperança de vida que nos restava. Víamos em nossos irmãos e em nossos pais tristeza, pois nossa irmã era deficiente física e não poderia viajar. Meu pai então teve a idéia de arrumar uma menina sadia e apresentá-la no lugar de minha irmã, para ganhar o visto. E assim foi feito. Como forma de agradecimento meu pai deu à menina a única boneca, com cabeça de porcelana, toda vestida com trajes típicos, de minha irmã doente. Até hoje, minha irmã nos diz que tem saudades daquela boneca que salvou a sua vida e que a dor da perda daquele brinquedo não adormece em sua alma (TCHAIKA, 2008).

Talvez seja difícil imaginar que aquela criança não fosse capaz de entender que a única moeda de troca para aquela família era a boneca com cabeça de porcelana. No meio a tantas dores, para aquela menina, até mesmo a possibilidade de se refestelar pela imaginação lúdica com o brinquedo lhe foi roubada pela guerra.

O brinquedo, para ela, provavelmente funcionasse como um amuleto protetor contra as possíveis afrontas oriundas da situação em que vivia. Nele residiam elementos de plena significação e valor atribuídos por um sujeito histórico, de pouca idade, centrado em um palco de conflitos onde não estava ao seu alcance ainda desvencilhar-se daquilo que lhe era próprio: viver sua infância. A guerra, os conflitos, as fugas, os medos, os esconderijos marcaram essa fase de sua história, fazendo-a forçosamente pular etapas. O brinquedo sequestrado de suas mãos serviu como pagamento de resgate de sua vida. Essa vida, no entanto, não estava garantida; o brinquedo deu-lhe apenas a possibilidade de entrar no tabuleiro para poder ser mais um entre os possíveis vencedores de um jogo da sorte cujos lances eram desenhados na própria partida, pela astúcia e ardileza dos oponentes. O amadurecimento adveio da frustração sentida por ter sido salva à custa do único bem que julgava possuir: a boneca com cabeça de porcelana. O crescimento e a transformação de menina em mulher não obliteraram o difícil momento de escolhas que outros fizeram em seu nome.

Nem todos podiam vir. Algumas nações, como o Brasil, só aceitavam pessoas casadas; outras, imigrantes mais jovens aptos ao trabalho. Nessas circunstâncias, para escapar dos infortúnios, no cais do porto casamentos eram arranjados, como disse Salina Petro:

O medo de ficar para trás fez com que combinássemos casamentos ali mesmo no cais do porto. Um conhecido dizia era casado com uma vizinha... tudo era combinado na hora. Para salvar a pele de tanto sofrimento, casar-se daquele jeito era a única solução (PETRO, 2008).

União conjugais eram forjadas pela parelha consensual, como sorrateiros processos de burlar o estabelecido e encontrar fissuras na blindagem do instituído. Observa-se que a ordem foi subvertida, instigada pela reação e pela busca de alternativas que abrissem outros caminhos, forçando passagens, demonstrando a capacidade que o indivíduo tem de criar novas situações, anteriormente impensadas.

Conjugal, cônjuge (quem conjuga com), portanto, mais do que palavra usual, possui o sentido profundo de conjugação, integração, articulação do par, por meio de uma união que se pode chamar inclusive de casamento. Dá-se a entender que o que desesperadamente se buscava no porto, mais do que *um par*, era um aliado, um cúmplice, um cônjuge com quem se dividiria os desvalimentos e a sorte, a tábua de salvação que não poderia ser desperdiçada.

Salina nos mostra que o romance, a conquista e o enamoramento, naquele momento, deveriam ser esquecidos, sem medo, sem julgamentos, pois estava em jogo apenas sobreviver. Por isso as pessoas se viam obrigadas a queimar etapas e logo assinar a certidão de casamento, feita ali mesmo no porto.

Bonito ou feio, torto ou direito, com dente ou sem dente, não importava. O que interessava era sair daquele lugar, mesmo que para isso precisasse casar no papel. Como não era permitido viajar sem documentos, tudo era feito na hora do embarque. O amor veio depois na convivência. Eu acredito que amor verdadeiro é aquele do dia a dia. Hoje, me desculpe, muitos não sabem o que é amor. Confundem amor com outra coisa. A maioria das pessoas que se casou no porto ficou junto até morrer (PETRO, 2008).

Nas palavras de Salina, a escolha amorosa não era condição necessária ao casamento, nem suficiente, mas sim que o amor surgisse e persistisse ao longo dos anos, diante da

necessidade de sobreviver. Nesse sentido, entende-se que o amor não teria início na paixão mas no sentimento de amizade e cumplicidade. A entrevistada revela ainda que os imigrantes não portavam documentos, já que por medo de represálias e perseguições estes tinham sido destruídos, o que facilitava a composição de novas famílias sem exigências comprobatórias.

Os casamentos arranjados daquele modo, acordados no porto, são chamados pela historiadora Mary Del Priore (2006, p. 14) de *casamentos de razão*, constituindo, na prática, um modelo informal de *conjugalidade*. Tais uniões se configuravam como única estratégia de sobrevivência, ganhando, posteriormente, complacência, legitimidade jurídica e ratificação do caráter legal da união, na confecção do passaporte feito pelos agentes de imigração.

A possibilidade de fuga inspirou iniciativas corajosas que ludibriaram destinos presumíveis. Tais casamentos arranjados têm de ser compreendidos naquele contexto, pois, segundo Mary Del Priore (2006, p. 15), cada situação deve ser lida e compreendida tendo como referência sua época, seu contexto e seu lugar. Essas táticas podem ser compreendidas dentro do panorama em que foram compiladas, afastando o recurso da isonomia, exigida em outros casos, pois por si infringiam o princípio do contraditório. Aquilo que aparentemente é condenável ganha indulgência quando compreendido pelo necessário distanciamento, fazendo ver, nesses eventos, recursos últimos para continuar a existir com dignidade.

Os casamentos assim constituídos, com objetivos tão claros, forçosamente *aliançados* pelas circunstâncias, em que o amor, a amizade e os sentimentos de estima eram negligenciados, eram abarcados também pela indissolubilidade. Embora não houvesse ainda a bênção do padre, os “cônjuges” acreditavam-se casados, pois assim rezava no passaporte, cabendo posteriormente legalizar a união na igreja (PETRO, 2008). A preocupação em regularizar o casamento religioso também aponta para a carga de representação que os imigrantes tinham em relação ao casamento, à família e à religião e como era fundamental ser enquadrado no modelo ordenado e ordeiro de família constituída, prerrogativas dos bons cristãos ortodoxos. Assim, pode-se pensar que a fé cristã, de vertente ortodoxa, professada pelos imigrantes ucranianos, era fator que os impelia à legitimidade da união arranjada: o pertencimento à instituição religiosa norteava tal procedimento. Afinal, a cerimônia do matrimônio religioso, por mais simples que fosse, estava prenhe de força simbólica capaz de retirar da marginalidade aqueles arranjos travestidos de casamentos.

NO INTERIOR DO NAVIO: ÁREAS RESTRITAS

A travessia para o Brasil permanece na memória da família de Valéria Tchaika, que narra como eram servidas as refeições no interior do navio. Segundo Valéria, todas as refeições eram servidas em grandes painéis, cabendo às mães redistribuírem a comida para seus filhos em pratos de alumínio. Pela manhã era servido chá com pão e banana. Ao meio-dia, arroz, batatas, pão. À noite, repetia-se o cardápio daquilo que sobrava (TCHAIKA, 2008).

Para quem fugia, comendo pouquíssimo por dia, as refeições servidas no navio eram vistas como banquetes (TCHAIKA, 2008). Isso nos faz pensar a fome como vetor interpretativo em situações de guerra e como elemento facilitador de domínio. Os famintos são enfraquecidos pela falta de nutrientes. Onde há guerras e conflitos advém a fome, resultante da impossibilidade de produzir, somada a outros elementos circundantes: plantações arrasadas, celeiros destruídos e estoques de grãos roubados. Fome e guerra andam de mãos dadas, dizimando e subjugando os dominados numa luta desigual. Assim sendo, a fome continua a ser usada como agente de destruição de massa eficaz.

ILHA DAS FLORES: UM COTIDIANO NA PROVISORIEDADE

Após dias de viagem, a chegada ao Rio de Janeiro consolidou a esperança de a vida proporcionar outras chances, outras oportunidades, de continuar a existir com dignidade. As famílias eram novamente reunidas, os casais e os filhos se reencontravam para juntos tentar viver mais tranquilos, sem perseguições, sem invasores, sem medos. Apenas as lembranças continuariam a povoar suas memórias, não deixando esquecer o passado do qual fugiram. Pelos relatos colhidos, evidencia-se que o excesso de esperanças cegava o campo da realidade concreta dos recém-chegados, confiando-se merecedores de descanso e de tranquilidade que fazem jus aos perseguidos e expatriados. Ao desembarcarem, a realidade encontrada não foi a imaginada, talvez por isso os testemunhos não escondam a palavra *decepção*. A imigração provoca a construção de ilusão na busca por terras onde a possibilidade de riqueza e de condições ideais para a sobrevivência é preponderante. A “ilusão imigratória” não deixava perceber as possíveis decepções. As certezas tropeçavam diante da realidade *trágica* que não deixava de reservar surpresas, conforme discorre a autora Maria Luiza Andreazza (1999, p. 10).

Durante a viagem a imaginação ansiava por antever novos horizontes, num mundo cheio de possibilidades, onde perseguições sociais, étnicas e religiosas estavam fora de qualquer perspectiva. O imigrante, ao chegar a seu destino, percebeu que a trama de sua imaginação deveria ceder à realidade muito outra, distinta, bem diversa da que sonhava, desafiando-se a cada dia, superando-se, vencendo pela tenacidade.

O reagrupamento dos membros familiares alimentava o desejo da família bem construída, na qual o pai era o chefe, a mãe a dona da casa e do lar e os filhos obedientes, vivendo harmonicamente, procurando solidificar as estruturas fundantes da etnia, preponderantemente nuclear, estrutura de certa forma mitificada pelo ideal burguês. A harmonia encenada em territórios domésticos era buscada e tinha como referência imagens construídas de um possível paraíso, já que eles estavam cruzando a porta de saída do inferno das guerras e perseguições. Nesse mito, tudo tinha de funcionar *orquestradamente*, sem assolamentos: membros perfeitamente dispostos num organograma respeitosamente delineado pelas práticas da milenar tradição eslava, por isso inquestionável. Tal mito se reportava à imagem idealizada e tentava esconder as fragilidades, as precariedades de suas vivências, fazendo lembrar constantemente que em todo paraíso há uma serpente.

De acordo com Vorobrieff, a Hospedaria da Ilha das Flores era a porta de entrada dos imigrantes que chegavam ao Brasil. Sua finalidade não se restringia a receber somente imigrantes estrangeiros; também acolhia em seus aposentos migrantes de várias regiões do Brasil que buscavam novas oportunidades de trabalho. Os recém-chegados à hospedaria passavam por uma inspeção médica como medida de precaução de doenças contagiosas (VOROBRIEFF, 2006).

Os principais portos de entrada de estrangeiros no Brasil eram Rio de Janeiro, Santos (em São Paulo) e Salvador (na Bahia). Aqueles que chegavam pelo Rio de Janeiro, depois de registrados pela Agência Central de Imigração, eram encaminhados para a Hospedaria da Ilha das Flores. Foi construída em uma ilha na Baía de Guanabara, em São Gonçalo, hoje município do Rio de Janeiro, onde, na época, havia um porto com grande movimento e também uma linha férrea que ligava São Gonçalo, Niterói, Magé e Itaboraí.

Segundo Cinara Maria Bastos Jorge, sua criação e construção tinham o objetivo de manter os imigrantes concentrados, para que dali fossem remanejados para as fazendas, principalmente as de café, na então Província do Rio de Janeiro, onde, desde a assinatura da Lei Áurea, a necessidade de mão de obra era grande. A hospedaria foi criada pela Inspetoria de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura brasileiro, no fim do século XIX, segundo alguns documentos, em maio de 1883; sabe-se, porém, que o primeiro Livro de Registro de Imigrantes é datado de 1877. Foi desativada em 1966, sendo ocupada pela Marinha do Brasil (JORGE, 2009).

Chegando ao Rio de Janeiro em 1945, os imigrantes desembarcavam na Ilha das Flores, na Baía de Guanabara, onde permaneciam numa hospedaria, mantidos pelo governo, durante 50 dias, à espera de possíveis contratações de trabalho, conforme destaca Valdomiro Burko (1963, p. 43). Essa espera forçada possivelmente escondia a preocupação com prováveis infestações de pestes ou doenças adquiridas nos longos meses de viagem, dentro dos navios. Leonid Cyrkum recorda sua surpresa e a de seus companheiros, ao chegarem ao Rio de Janeiro após 14 dias e 14 noites de viagem:

Quando chegamos à costa do Rio de Janeiro, todo mundo achou a coisa mais engraçada. Todo mundo vinha preparado para entrar no mato. Traziam enxadas, martelo, foice, pregos velhos e outras ferramentas. Quando chegaram perto e viram aqueles prédios, aquela beleza, acharam que houve um engano e que estariam chegando a Nova Iorque e não no Brasil (CYRKUM, 2008).

De acordo com Cinara Maria Bastos Jorge, ao desembarcarem, os imigrantes eram registrados em livros grandes, escritos à mão, onde havia colunas para número de ordem, porto de embarque no país de origem ou de trânsito, nome, idade, sexo, parentesco dentro do grupo familiar, nacionalidade, profissão e destino. Nem sempre, porém, todos os itens eram preenchidos. A autora alerta para o fato de que não se pode confiar integralmente nas informações contidas nessas listagens, pois muitos imigrantes eram registrados como alemães, quando seu sobrenome indicava a pertença a outras etnias. Também é preciso destacar que os imigrantes não eram, em sua maioria, pessoas com grau de estudo elevado; muitos eram analfabetos, além também da grande diversidade de idiomas e de escrita, o que fazia com que nomes fossem anotados da maneira que se ouvia, e o passageiro, sem conhecimento, não os corrigia.

Os relatos de Leonid informam que ao desembarcar, após os registros, os passageiros eram instalados coletivamente em um grande salão. Tomavam um prato de sopa e por ali ficavam, ali permaneciam por alguns dias, até que pudessem tomar o rumo do novo trabalho e da nova vida. Depois de alguns dias, contratadores vinham à hospedaria e forneciam meios para a locomoção das pessoas, muitas vezes famílias inteiras. Esses intermediadores eram chamados de “gatos” (CYRKUM, 2008).

Da fala de Leonid surgiu uma curiosidade: os que chegavam eram registrados como imigrantes ou como refugiados da Segunda Guerra? Segundo Flávia Piovesan, embora a definição jurídica e o respectivo Estatuto do Refugiado tenham sido instituídos em 1951 pela ONU, desde 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecia os direitos civis e políticos, legitimando responsabilidades aos Estados perante as solicitações de refúgio ou asilo. A Convenção de 1951 reconheceu como refugiada toda pessoa que em virtude dos acontecimentos anteriores a 1951 tenha sofrido perseguição por causa de raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas, estando por isso impedida de retornar a ele. Tais impedimentos, segundo a autora, “impulsionam as pessoas ao direito de pedir e gozar de asilo em outro país” (PIOVESAN, 2001, p. 27).

No Brasil, o direito internacional dos refugiados ganhou reconhecimento e a ratificação oficial pelo Estado brasileiro somente em 1960, o que explicaria que os pretendidos refugiados ucranianos da Segunda Guerra fossem registrados como imigrantes (MOREIRA, 2005, p. 57).

Figura 1 – Refeitório da Hospedaria da Ilha das Flores, Rio de Janeiro, 1945

Fonte: Secretaria da Cultura (RJ)

Acima uma imagem da hospedaria, no refeitório coletivo, onde os imigrantes, no entender de Leonid, esperavam por “alguma comida, algum pedaço de pão, que fosse!”. A hospedaria resumia-se em um enorme galpão aberto com dois grandes ambientes: refeitório e dormitório, conforme o relato de Iosif Ludovenko. Ele revela, com muita lucidez, que “o dormitório era o lugar onde as famílias imigrantes se *amontoavam*, separadas umas das outras pelos lençóis estendidos em varais improvisados. Pais e filhos dormiam todos juntos em colchões *fedorentos* colocados no chão” (LUDOVENKO, 2008).

Parece que o refeitório era o ambiente de socialização entre os iguais, onde a comida distribuída gratuitamente ganhava espaços de espera pelos diálogos travados, antes de ser degustada. Havia estranhamentos da parte dos imigrantes à comida que era servida, uma vez que não conheciam feijão, café, banana, aipim, batata-doce. “Quando comi pela primeira vez feijão pensava estar comendo ameixa seca, mas senti que o gosto era diferente e gostei”, revela Iosef, enfatizando que “pela manhã, junto com o pão, recebia banana madura”, fruta essa desconhecida, mas bem aceita pelo grupo (LUDOVENKO, 2008).

Essas assimilações, a princípio exigidas em nome da sobrevivência, foram aos poucos reconfigurando os costumes alimentares dos imigrantes, sem sepultar os próprios. As novidades da mesa, tidas como complementos, eram valoradas numa escala muito menor em relação aos costumes já trazidos da Ucrânia: “A verdadeira comida era a que as suas mulheres sabiam fazer, aprendidas de geração em geração”, conforme o relato de Jorge Mudchusk (2008). Para Maria Luiza Andreatta (1999, p. 29), isso se sucedeu porque, ao “abandonar os espaços físico, social e simbólico conhecidos e ao estabelecer condições de relacionar-se com outras configurações culturais, não implica necessariamente que o imigrante abandone a estrutura cultural na qual foi socializado”.

O que não se conhecia, quando “aprovado”, ganhava o *status* de secundário, exótico, dispensável, acidental, taxado como não natural. A tradição do saber fazer a comida típica ucraniana não poderia ser alvo de desmerecimento diante das novidades tropicais. Essas memórias em relação à alimentação servida na Ilha das Flores apontam para as distinções em que o “melhor”, o “superior”, o de “qualidade” era catalogado como os da etnia,

indicando a presença sub-reptícia de estigmas e preconceitos. É de se pensar que essas ponderações a respeito da alimentação “do outro” não existiam quando os imigrantes, fugindo de seus algozes, enfrentando e abrindo clareiras no desconhecido, se alimentavam com qualquer coisa para poder sobreviver. Questiona-se se a preocupação por manter a *alimentação tradicional e típica* ocupava a mente de quem lutava por saciar sua fome, comendo o que encontrasse, atendendo às necessidades mais elementares ao ser humano, fugindo da aniquilação física. Questiona-se, então, se a preservação da cultura ucraniana, nessas circunstâncias, era foco de suas preocupações. Posto isso, parece que as exigências culturais cabem somente em espaço onde as necessidades humanas elementares são atendidas em primeiro lugar. Mesmo privadas pelas circunstâncias, não desapareceram, permanecendo latentes e acordando quando instigadas por outras conjunturas.

Tendo alimentação na Ilha das Flores, o medo de passar fome novamente fazia com que se utilizassem estratégias como a relatada por Maria Stevanik (2008):

Ninguém era obrigado a trabalhar na Ilha. Quem quisesse poderia ajudar na cozinha, em troca do resto de comida, no final do dia. Minha mãe foi trabalhar na cozinha e toda noite trazia sacadas de pão. Meu pai, durante o dia, colocava o pão no sol para secar. Depois de seco, o pão era esmiuçado e guardado. Um dia perguntei a minha mãe para que ela guardava tanto pão esfarelado. E obtive a resposta. Disse-me que não se sabia o que íamos enfrentar quando chegássemos ao destino. O medo de passar fome novamente fez minha mãe guardar tanto pão.

A lembrança do passado ressignificou táticas de prevenção diante da probabilidade de possíveis carências que pelas quais não queriam mais passar.

CONCLUSÃO

Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. Logo, a memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade, mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia (LE GOFF, 2003). Para os estudos sobre a imigração no Brasil republicano, a memória instituiu-se referência de abordagem e metodologia historiográfica e desafio para a feitura de narrativas, e cada vez mais fascina os novos pesquisadores.

Pesquisar sobre núcleos de imigrantes ucranianos já estabelecidos em Papanduva (SC) instigou a curiosidade de ir às memórias de uma comunidade que se vale do passado para justificar-se em um presente em que experienciam e confluem cruzamentos culturais. Nas experiências dos ucranianos, por exemplo, estão as chaves de um aprendizado que fez prosperar as manobras de sobrevivência de lembranças que lutam para não serem engolidas por tantas informações, impressões e marcas dos registros de instantaneidade, tão característicos do tempo presente.

Diante de tantos apelos do momentâneo, os registros de memória dos ucranianos parecem ser a presença do passado que procura no presente apenas sobreviver, garantir a continuidade do tempo que já se foi e permitir resistir à alteridade, à mudança da percepção de si e dos outros. Por isso, lembrar o auge da boneca com cabeça de porcelana, rememorar alguns locais da Ilha das Flores, fazer ressuscitar os registros dos deslocamentos fazem da oralidade um método propiciatório de narrativas mais próximas às inclinações humanas, e a História a ela deve estar atenta. Da mesma forma, a oralidade, os depoimentos, as narrativas

de lembranças desafiam os pesquisadores a reavaliações dos métodos escriturísticos, dos modelos de interpretação do passado e da natureza das críticas documentais. Diante do falar, diante das lembranças encarnadas nas vozes dos que vivenciaram essas situações (e que hoje disso falam), constata-se que a História, como disciplina acadêmica, como área de conhecimento específico acerca do passado, necessita reafirmar outras fontes textuais de pesquisa. Dessa maneira, a História majora a possibilidade de promover hermenêutica acerca de realidades vividas no ontem, por indivíduos ou por agrupamentos de pares que têm na memória um elemento de preservação do acontecido.

Halbwachs (2006) pontuou a existência de clivagem entre a memória coletiva e a individual. Os estudos empreendidos por Halbwachs trazem, portanto, uma nova vertente para a noção de memória, apresentando quadros sociais que compõem o ato de lembrar. No tocante ao exemplo dos ucranianos, mesmo que aparentemente particulares, os registros de memórias aqui exemplificados remetem ao grupo, ao coletivo. A experiência individual carrega em si uma lembrança que não exclusiva, mas compartilhada e em interação social. Ainda que as lembranças permaneçam sob a aparência de um particularismo, remetem a uma totalidade, justamente porque o lembrar frisa o aspecto social das reminiscências.

Os deslocamentos dos ucranianos que chegaram à cidade de Papanduva (SC) deram oportunidades de observar que as pessoas podem se redescobrir em espaços diferentes por aquilo que lembram; por mais que sejam novos os lugares, uma comunidade se percebe alicerçada em paradigmas em que as novidades não têm lugar quando querem se afirmar pertencentes a uma coletividade. Se o lugar é o espaço para fazer conquistas, nas quais descobertas motivam traçar o cotidiano de maneira nova, mesmo que a princípio haja resistência, a memória faz desse lugar apenas outros palcos em que se mostra aquilo que já é. Por isso, a mobilidade de pessoas ou de grupos traz consigo a circulação e o compartilhamento dos saberes nos quais é possível avizinhar o passado e o presente.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ANDREAZZA, M. L. **O paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana (1885-1995). Curitiba: Quatro Ventos, 1999.

BRITO, F. **Ensaio sobre as imigrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), UFMG, 1995.

BURKE, P. **História e imagem**. São Paulo: Edusc, 2004.

BURKO, V. **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba: edição do autor, 1963.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

CYRKUM, L. **Leonid Cyrkum**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Canoas, 27 de maio de 2008.

FERENS, Dom Jeremias. **Dom Jeremias Ferens**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Curitiba, 20 de março de 2009. Acervo do autor.

GINZBURG, C. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HANEIKO, V. **Uma centelha de luz**. Curitiba: Kindra, 1985.

HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano/Universidade Cândido Mendes/Museu de Arte Moderna (RJ), 2000.

IZQUIERDO, I. **A arte de esquecer**: cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

JORGE, C. M. B. **Hospedaria da Ilha das Flores**. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2009. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_h_02.html>. Acesso em: 1.º fev. 2015.

KLEIN, H. S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, M. T. T. B.; MORAES, N. A. de (Orgs.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 40-58.

LUDOVENKO, Iosef. **Iosef Ludovenko**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Papanduva, 18 de maio de 2008. Acervo do autor.

MENEZES, U. T. B. de. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

MILLUS, N. **Ucranianos**. Curitiba: edição do autor, 2004.

MOREIRA, J. B. A problemática dos refugiados na América Latina e no Brasil. **Cadernos Prolam**, USP, ano 4, v. 2, p. 57-76, 2005.

MUDCHUSK, Jorge. **Jorge Mudchusk**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Papanduva, 28 de junho de 2008. Acervo do autor.

PETRO, Salina. **Salina Petro**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Papanduva, 28 de junho de 2008.

PIOVESAN, F. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: ARAUJO, N. de; ALMEIDA, G. de A. (Orgs.). **O direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 27-64.

PRIORE, M. D. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, J. de S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

RIBAS, S. D. **Resgate de memórias**. Papanduva em histórias – famílias. Florianópolis: Insular, 2004.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1984.

RUDNYTSKYJ, I. **Ensaio sobre a moderna imigração ucraniana**. Edmonton: Printing Services, University of Alberta, 1987.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

STEVANIK, Maria. **Maria Stevanik**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Canoas, 27 de maio de 2008. Acervo do autor.

TCHAIKA, Valéria. **Valéria Tchaika**: depoimento. Entrevistador: Paulo Augusto Tamanini. Canoas, 17 de maio de 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

VAINER, C. B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 11. **Anais...** Caxambu, 1998, v. 1.

VERNANT, J.-P. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: _____. **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Difel/Edusp, 1973.

VOROBRIEFF, A. **Identidade e memória da comunidade russa, na cidade de São Paulo**. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WOISKI, A. O playboismo. **Revista Panorama**, Curitiba, p. 39, nov. 1960.